

S02 - AUDITOR PÚBLICO INTERNO



Tipo de Prova
1

Turno: TARDE

Nível: SUPERIOR

Duração da prova: 3h30min

 É obrigatório marcar o tipo de prova no Cartão de Respostas para que sua prova seja corrigida. A não marcação resultará na não leitura do cartão, o que implicará na eliminação automática do(a) candidato(a) do Concurso Público.

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

“Imagine uma nova história para sua vida e acredite nela.” (Paulo Coelho)

Você recebeu do Fiscal de Sala os seguintes materiais:

- O Cartão de Respostas e o Caderno de Questões. Verifique se os dados impressos no Cartão de Respostas estão corretos. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente ao Fiscal de Sala.
- Este Caderno de Questões contém **40 QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA** distribuídas em **PÁGINAS NUMERADAS**. Ao terminar a conferência no Caderno de Questões, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao Fiscal de Sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
- Verifique se a prova recebida é do cargo correspondente ao que você se inscreveu.

Por motivo de segurança:

- Só é permitido o uso de caneta esferográfica fabricada em material transparente, preferencialmente de **tinta preta**.
- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após **1 (uma) hora** do início efetivo da prova.
- O candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões somente faltando **1 (uma) hora** para o término da prova.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas, devendo assinar a Ata de Fiscalização.
- O Fiscal de Sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do Coordenador Local.

ATENÇÃO:

- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- O Cartão de Respostas é personalizado, impossibilitando sua substituição.
- O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto e responda às questões de 01 a 10.

A unanimidade possível

A reunião começou às nove em ponto, o que, na empresa Horizonte Integrado, significava nove e vinte. Na sala envidraçada, oito pessoas se acomodaram diante de uma tela que exibia o título “Novo Modelo de Colaboração”. Ninguém sabia exatamente o que seria decidido, mas todos concordavam que a decisão já estava atrasada.

Renato, diretor de Estratégia, abriu os trabalhos:

— Precisamos construir um consenso que respeite a diversidade de perspectivas.

A frase foi recebida com acenos graves. Elisa, gerente de Recursos Humanos, anotou “consenso” em seu caderno. Para ela, a palavra significava convencer os demais de que o trabalho presencial deveria aumentar. Otávio, responsável pela área financeira, entendeu o contrário: consenso seria reduzir o espaço físico e, com ele, as despesas. Lúcia, da comunicação, imaginou uma campanha interna com fotografias de pessoas sorrindo ao redor de uma mesa. Bruno, do setor jurídico, preferiu não imaginar nada antes de conhecer os riscos.

— O modelo atual precisa ser flexibilizado — continuou Renato.

— Concordo plenamente — disse Elisa.

Ela pensava em horários mais rígidos, desde que fossem chamados de “faixas de integração”.

— Concordo também — afirmou Otávio.

Ele pensava em eliminar estações de trabalho fixas.

— Faz todo sentido — acrescentou Lúcia.

Ela já escolhera o slogan: “Mais liberdade para estarmos juntos”.

Bruno ergueu a mão:

— Quando falamos em flexibilidade, estamos tratando de presença, jornada, local de trabalho ou metas?

Renato sorriu com a serenidade de quem considera a precisão um obstáculo operacional.

— Estamos tratando de uma visão mais ampla.

Bruno anotou que a visão era ampla o bastante para não caber numa definição.

A discussão prosseguiu. Elisa defendeu “o fortalecimento dos vínculos”. Otávio apoiou, entendendo que vínculos fortalecidos diminuiriam pedidos de demissão. Lúcia apoiou também, imaginando vídeos de aniversários corporativos. Bruno perguntou se os vínculos incluíam obrigações adicionais. Renato respondeu que aquele era um tema para uma etapa posterior, o que, na empresa, designava o lugar onde as perguntas difíceis eram cuidadosamente guardadas.

Perto do meio-dia, surgiu a expressão “autonomia responsável”. Todos a receberam com entusiasmo.

Para Elisa, autonomia responsável significava liberdade para organizar o próprio trabalho, desde que o empregado estivesse disponível quando a liderança julgasse necessário. Para Otávio, significava entregar mais com menos recursos. Para Lúcia, era uma combinação perfeita de palavras positivas. Para Bruno, era uma fórmula que poderia significar qualquer coisa e, por isso mesmo, exigiria quinze páginas de regulamento.

— Então estamos alinhados — concluiu Renato.

Ninguém perguntou em relação a quê.

A ata registrou que o grupo aprovara, por unanimidade, um modelo híbrido, flexível, eficiente, humano e financeiramente sustentável. O documento não indicava quantos dias seriam presenciais, quem escolheria esses dias, como seriam avaliadas as metas nem o que aconteceria quando flexibilidade e controle apontassem para direções opostas.

Na manhã seguinte, cada setor comunicou a decisão à sua maneira.

Recursos Humanos anunciou três dias obrigatórios no escritório. O Financeiro informou que as mesas seriam compartilhadas e que parte do prédio seria devolvida. A Comunicação publicou: “Agora, cada pessoa poderá escolher onde produzir melhor”. O Jurídico enviou uma nota esclarecendo que nenhuma escolha estava autorizada até a publicação das regras.

Os funcionários, surpreendentemente, também concordaram. Alguns entenderam que poderiam trabalhar de casa. Outros concluíram que precisariam voltar ao escritório. Houve quem acreditasse que nada mudaria, hipótese que a experiência tornava bastante plausível.

Renato leu as mensagens e convocou nova reunião.

No convite, escreveu:

“Precisamos alinhar o entendimento sobre o alinhamento.”

Desta vez, todos compreenderam a urgência.

Cada um, naturalmente, compreendeu uma urgência diferente.

Fonte: Banca Elaboradora

Questão 1

O título “A unanimidade possível” relaciona-se à contradição que organiza a narrativa. Assinale a alternativa correta sobre o núcleo crítico do texto.

- (A) A unanimidade resulta de um objetivo comum, embora cada setor proponha meios distintos para executar uma decisão cujo conteúdo já havia sido definido.
- (B) A narrativa critica o modelo híbrido, porque a combinação entre presença física e trabalho remoto impede acordos estáveis entre áreas com interesses diferentes.
- (C) O conflito nasce do desconhecimento técnico das expressões administrativas, que possuem sentidos fixos, mas foram empregadas de forma equivocada pelos participantes.
- (D) A concordância permanece na superfície lexical, enquanto expressões vagas acomodam projetos incompatíveis e permitem registrar como decisão um conteúdo ainda indeterminado.
- (E) O consenso é provisório, mas legítimo, porque o adiamento das definições operacionais preserva a diversidade e prepara uma decisão posterior mais precisa.

Questão 2

Ao longo da reunião, Bruno formula perguntas sobre presença, jornada, local de trabalho, metas e obrigações adicionais. Qual é a função predominante dessa personagem na construção da narrativa?

- (A) Bruno tenta preservar o modelo vigente, usando perguntas jurídicas para impedir decisões que ampliem a autonomia dos empregados e reduzam o controle da empresa.
- (B) Bruno funciona como contraponto ao discurso abstrato, pois exige referentes, critérios e consequências que revelam o desacordo oculto pela concordância verbal.
- (C) Bruno aproxima o setor jurídico do interesse financeiro, buscando regras que permitam reduzir espaços, recursos e obrigações assumidas institucionalmente pela empresa.
- (D) Bruno representa uma leitura excessivamente literal, incapaz de perceber que termos amplos são necessários para conciliar interesses durante decisões estratégicas na empresa.
- (E) Bruno transforma divergências políticas em questões formais, deslocando a reunião do planejamento colaborativo para a análise dos riscos contratuais da empresa.

Questão 3

A última frase do texto — “Cada um, naturalmente, compreendeu uma urgência diferente” — retoma o funcionamento da reunião anterior. Assinale a alternativa correta sobre o efeito desse encerramento.

- (A) O advérbio “naturalmente” valida a diversidade de interpretações como método produtivo e mostra que a empresa reconheceu o valor das perspectivas setoriais.
- (B) A nova convocação rompe o ciclo anterior, porque todos identificam a urgência de definir regras e abandonam as leituras particulares do alinhamento.
- (C) O encerramento transfere aos funcionários a origem do conflito, já que as comunicações setoriais haviam reproduzido fielmente a decisão aprovada pelo grupo.
- (D) A última frase indica que a ambiguidade foi reduzida, embora cada área ainda atribua prioridades diferentes à implementação do mesmo modelo.
- (E) O desfecho fecha a narrativa circularmente, pois até a urgência de esclarecer o alinhamento volta a ser recebida por entendimentos divergentes.

Questão 4

No período “Houve quem acreditasse que nada mudaria, hipótese que a experiência tornava bastante plausível”, considere o primeiro “que”, em “acreditasse que”, o segundo “que”, em “hipótese que”, e a palavra “bastante”.

Assinale a alternativa correta.

- (A) O primeiro “que” é conjunção integrante, o segundo é pronome relativo com função de objeto direto, e “bastante” é advérbio de intensidade.
- (B) O primeiro “que” é pronome relativo com função de sujeito, o segundo é conjunção integrante, e “bastante” é pronome indefinido.
- (C) O primeiro “que” é conjunção causal, o segundo é pronome relativo com função de sujeito, e “bastante” é adjetivo ligado a “hipótese”.
- (D) Os dois vocábulos “que” são conjunções integrantes, enquanto “bastante” é substantivo empregado para intensificar o sentido do adjetivo “plausível”.
- (E) O primeiro “que” é pronome demonstrativo, o segundo é conjunção consecutiva, e “bastante” exerce função de predicativo do objeto na oração.

Questão 5

No trecho “Renato sorriu com a serenidade de quem considera a precisão um obstáculo operacional”, assinale a alternativa que apresenta a análise sintática correta da oração iniciada por “quem”.

- (A) “Quem” é objeto direto, “a precisão” é sujeito, e “um obstáculo operacional” funciona como predicativo do sujeito.
- (B) “Quem” é sujeito, “a precisão” é predicativo do objeto, e “um obstáculo operacional” exerce função de objeto direto.
- (C) “Quem” é sujeito, “a precisão” é objeto direto, e “um obstáculo operacional” exerce função de predicativo do objeto.
- (D) “Quem” é objeto indireto, “a precisão” é objeto direto, e “um obstáculo operacional” funciona como adjunto adnominal.
- (E) “Quem” é predicativo do sujeito, “a precisão” é sujeito, e “um obstáculo operacional” exerce função de complemento nominal.

Questão 6

Considere os períodos: “A ata registrou que o grupo aprovara, por unanimidade, um modelo híbrido” e “O documento não indicava quantos dias seriam presenciais, quem escolheria esses dias, como seriam avaliadas as metas nem o que aconteceria quando flexibilidade e controle apontassem para direções opostas”. Assinale a alternativa correta sobre a estrutura sintática.

- (A) A oração iniciada por “que” é adjetiva restritiva, as quatro orações interrogativas são coordenadas independentes, e a oração iniciada por “quando” é causal.
- (B) A oração iniciada por “que” é substantiva subjetiva, as quatro orações interrogativas exercem função de predicativo, e a oração iniciada por “quando” é consecutiva.
- (C) A oração iniciada por “que” é substantiva objetiva indireta, as quatro orações interrogativas funcionam como adjuntos adverbiais, e a oração iniciada por “quando” é concessiva.
- (D) A oração iniciada por “que” é substantiva objetiva direta, as quatro interrogativas indiretas também são objetivas diretas e se coordenam, e “quando” introduz oração temporal.
- (E) A oração iniciada por “que” é substantiva apositiva, as quatro orações interrogativas são adjetivas explicativas, e a oração iniciada por “quando” é comparativa.

Questão 7

Assinale a alternativa redigida de acordo com a norma-padrão quanto à concordância verbal e nominal e à regência verbal e nominal.

- (A) Podia haver interpretações divergentes, e cada setor preferia a própria leitura às definições apresentadas durante a reunião.
- (B) Fazia quase três horas que os gestores assistiam à reunião e aspiravam um entendimento comum sobre o novo modelo.
- (C) Seguiam anexo à ata as orientações destinadas a reduzir divergências e responder às dúvidas apresentadas pelos setores.
- (D) Os setores obedeceram às regras propostas e mostraram-se favoráveis com a realização de uma nova reunião de alinhamento.
- (E) Mais de um gerente mostrou-se avesso à proposta e preferiram o silêncio ao debate sobre as medidas anunciadas.

Questão 8

Assinale a alternativa correta sobre o emprego dos tempos e modos verbais, das locuções verbais e da colocação pronominal no texto.

- (A) “Escolhera” está no pretérito imperfeito do indicativo, “seriam compartilhadas” integra a voz ativa, e a próclise em “se acomodaram” decorre de palavra negativa.
- (B) “Julgasse” está no futuro do subjuntivo, “precisariam voltar” indica ação concluída, e a próclise em “se acomodaram” viola a norma-padrão brasileira.
- (C) “Apontassem” está no pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo, “seriam avaliadas” apresenta sujeito indeterminado, e “escolhera” indica ação habitual no contexto narrativo.
- (D) “Escolhera” está no pretérito perfeito do indicativo, “precisariam voltar” está no futuro do subjuntivo, e “acomodaram-se” seria a única colocação aceita.
- (E) “Escolhera” está no pretérito mais-que-perfeito do indicativo, “seriam compartilhadas” forma voz passiva, e a próclise em “se acomodaram” é admitida pela norma-padrão.

Questão 9

No texto, palavras como “consenso”, “flexibilidade”, “vínculos”, “autonomia responsável” e “alinhamento” são retomadas por diferentes personagens. Assinale a alternativa correta sobre o efeito dessa recorrência.

- (A) A repetição estabelece sinonímia entre os termos e garante que os participantes tratem do mesmo objeto, apesar das diferenças entre seus interesses setoriais.
- (B) A repetição cria coesão lexical e aparência de consenso, mas a indeterminação semântica permite conteúdos operacionais diferentes para as mesmas expressões.
- (C) Os termos funcionam como homônimos perfeitos, pois conservam a mesma forma gráfica e assumem sentidos inteiramente desvinculados em cada fala apresentada.
- (D) A repetição elimina progressivamente a ambiguidade, porque cada ocorrência restringe o significado das palavras e aproxima os participantes de uma decisão operacional.
- (E) As palavras mantêm sentido estritamente denotativo, e o conflito decorre do desconhecimento dos conceitos técnicos correspondentes ao discurso empresarial adotado pelos participantes.

Questão 10

No encerramento, Renato escreve: “Precisamos alinhar o entendimento sobre o alinhamento.” Assinale a alternativa correta sobre a formação vocabular, a pontuação e o uso social da linguagem.

- (A) “Alinhamento” forma-se por composição, os dois-pontos separam o verbo de seu complemento e a repetição reproduz uma variedade linguística popular.
- (B) “Alinhamento” forma-se por derivação regressiva, os dois-pontos introduzem uma enumeração explicativa e a repetição caracteriza um registro científico especializado no trecho.
- (C) “Alinhamento” forma-se por derivação sufixal de “alinhar”, os dois-pontos introduzem a citação e a repetição reforça ironicamente o jargão corporativo.
- (D) “Alinhamento” forma-se por parassíntese, os dois-pontos introduzem uma explicação causal e a repetição representa uma marca regional da fala de Renato.
- (E) “Alinhamento” forma-se por prefixação, os dois-pontos indicam uma elipse verbal e a repetição evidencia um registro jurídico literal no trecho final.

RACIOCÍNIO LÓGICO**Questão 11**

Uma caixa contém 12 cartões de mesmo tamanho, sendo 5 vermelhos, 4 azuis e 3 verdes. Dois cartões são retirados ao acaso, um após o outro, sem reposição. Qual é a probabilidade de pelo menos um dos cartões retirados ser vermelho?

- (A) 7/22
- (B) 9/22
- (C) 11/22
- (D) 15/22
- (E) 17/22

Questão 12

Uma unidade de atendimento registrou, em minutos, o tempo gasto para concluir dez solicitações: 21, 17, 25, 12, 21, 19, 15, 22, 17 e 21. Considerando esses dados, quais são, respectivamente, a mediana e a moda dos tempos registrados?

- (A) 18 minutos e 17 minutos.
- (B) 20 minutos e 21 minutos.
- (C) 19 minutos e 21 minutos.
- (D) 20 minutos e 17 minutos.
- (E) 21 minutos e 20 minutos.

Questão 13

Sete pessoas distintas ocuparão lugares ao redor de uma mesa redonda. As disposições obtidas por mera rotação são consideradas iguais, enquanto as disposições espelhadas são consideradas diferentes. Ana e Bruno deverão permanecer lado a lado, enquanto Carla e Daniel deverão ocupar lugares não adjacentes. Quantas disposições distintas atendem a essas condições?

- (A) 144
- (B) 156
- (C) 168
- (D) 192
- (E) 240

Questão 14

Cinco propostas, A, B, C, D e E, foram classificadas do primeiro ao quinto lugar. A proposta D ficou imediatamente acima de B. A proposta C ficou acima de E, que ficou acima de A. A proposta E não ocupou o primeiro nem o último lugar, e C não ficou em primeiro. Qual foi a classificação?

- (A) D, C, B, E, A
- (B) C, D, B, E, A
- (C) D, B, E, C, A
- (D) C, E, D, B, A
- (E) D, B, C, E, A

Questão 15

Considere as premissas apresentadas sobre a tramitação de um processo:

- I – Se o processo foi concluído, então o parecer foi assinado.
- II – Se o parecer foi assinado, então o processo foi encaminhado à diretoria.
- III – O processo não foi encaminhado à diretoria.

Com base nessas premissas, qual é a conclusão logicamente válida?

- (A) O processo foi concluído, mas o parecer não foi assinado.
- (B) O parecer foi assinado, embora o processo não tenha sido concluído.
- (C) O parecer não foi assinado, e o processo não foi concluído.
- (D) O processo não foi concluído, mas o parecer pode ter sido assinado.
- (E) O parecer não foi assinado, embora o processo tenha sido concluído.

Questão 16

Um setor possuía 1.500 solicitações pendentes. Após uma força-tarefa, a quantidade foi reduzida em 18%. No mês seguinte, o número de solicitações pendentes aumentou 10% sobre a quantidade que havia restado. Comparando-se o resultado final com a quantidade inicial, qual foi a variação percentual no número de solicitações pendentes?

- (A) Redução de 8,0%
- (B) Redução de 9,0%
- (C) Redução de 9,8%
- (D) Redução de 10,0%
- (E) Redução de 11,8%

Questão 17

Considere as seguintes relações entre quatro categorias profissionais:

- Todo pesquisador é servidor público.
- Nenhum servidor público é terceirizado.
- Alguns coordenadores são pesquisadores.
- Todo terceirizado é consultor.

Qual conclusão decorre necessariamente dessas relações?

- (A) Alguns consultores não são terceirizados.
- (B) Nenhum dos coordenadores é terceirizado.
- (C) Alguns servidores públicos são consultores.
- (D) Todo coordenador é servidor público.
- (E) Alguns coordenadores não são terceirizados.

Questão 18

Uma escola registrou a quantidade de livros emprestados durante seis meses consecutivos. Nos quatro primeiros meses, a média mensal foi de 72 livros. Nos três últimos meses, a média mensal foi de 84 livros. Sabendo que, no quarto mês, foram emprestados 78 livros, qual foi a média mensal de empréstimos durante os seis meses?

- (A) 76 livros
- (B) 77 livros
- (C) 78 livros
- (D) 79 livros
- (E) 80 livros

Questão 19

A sequência numérica 4, 7, 13, 22, 34, ... é formada pela adição de múltiplos consecutivos de 3. Assim, do primeiro para o segundo termo, adiciona-se 3. Do segundo para o terceiro, adiciona-se 6. Do terceiro para o quarto, adiciona-se 9, mantendo-se essa regra.

Qual é o oitavo termo da sequência?

- (A) 79
- (B) 82
- (C) 85
- (D) 88
- (E) 91

Questão 20

Doze máquinas, trabalhando oito horas por dia durante quinze dias, com eficiência de 75% e sem paradas adicionais, produzem 18.000 unidades. Num novo plano, cada máquina será programada para trabalhar nove horas por dia durante dez dias. A manutenção consumirá 10% do tempo programado, e a eficiência durante o tempo efetivamente disponível será de 80%. A produção é diretamente proporcional ao número de máquinas, ao tempo disponível e à eficiência. Quantas máquinas serão necessárias para produzir exatamente 21.600 unidades?

- (A) 20
- (B) 18
- (C) 19
- (D) 21
- (E) 24

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21

No julgamento das contas municipais, o prefeito pode atuar como chefe de governo e também como ordenador de despesas. Considerando a Constituição e o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal, marque a alternativa correta sobre a competência dos órgãos de controle.

- (A) A Câmara Municipal julga as contas anuais e as contas de gestão, cabendo ao tribunal de contas emitir parecer prévio sobre ambas e executar débitos e multas depois da confirmação legislativa de cada pronunciamento técnico correspondente.
- (B) O tribunal de contas julga as contas anuais e as contas de gestão, cabendo à Câmara Municipal definir os efeitos financeiros e eleitorais produzidos, de modo vinculante, pelos dois pronunciamentos técnicos emitidos pela corte competente.
- (C) A Câmara Municipal julga as contas anuais, enquanto o tribunal de contas julga as contas de gestão, embora a imputação de débito e a aplicação de multas dependam de ratificação legislativa municipal posterior para adquirir eficácia.
- (D) A Câmara Municipal julga as contas anuais após parecer prévio, enquanto o tribunal de contas julga as contas de gestão do prefeito ordenador, imputa débito e aplica sanções, preservado o julgamento legislativo para fins eleitorais.
- (E) O tribunal de contas julga as contas de gestão e emite parecer sobre as contas anuais, mas os dois pronunciamentos dependem de deliberação legislativa para produzir efeitos financeiros, administrativos ou eleitorais perante o município.

Questão 22

Sobre a fiscalização constitucional dos recursos públicos e as atribuições do sistema de controle interno, analise as afirmativas:

- I – A fiscalização alcança a legalidade, a legitimidade, a economicidade, a aplicação das subvenções e a renúncia de receitas, além dos aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial.
- II – O apoio ao controle externo atribui ao tribunal de contas a supervisão técnica prévia dos planos, dos métodos e das conclusões do sistema de controle interno municipal.
- III – O sistema de controle interno avalia o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas e os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
- IV – A comunicação de uma irregularidade ao tribunal de contas depende do encerramento das medidas corretivas e da conclusão definitiva da apuração realizada pela própria Administração.
- V – A obrigação de prestar contas alcança a pessoa física ou jurídica que utiliza, arrecada, guarda, gerencia ou administra recursos públicos ou assume obrigações pecuniárias em nome do poder público.

Estão corretas, apenas, as afirmativas:

- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) I, III e IV.

Questão 23

No sistema constitucional de planejamento e orçamento, um investimento cuja execução ultrapassa um exercício exige articulação entre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A forma pela qual se articula esse investimento entre os instrumentos de planejamento e orçamento compreende:

- (A) o detalhamento integral do investimento no PPA, que autoriza sua execução durante o período completo, enquanto as leis orçamentárias anuais registram o cronograma financeiro anteriormente aprovado.
- (B) a previsão inicial na LDO, seguida de dotação na LOA e posterior incorporação ao PPA durante a execução financeira do primeiro exercício correspondente ao projeto.
- (C) a autorização integral na LOA do primeiro exercício, desde que a LDO declare a prioridade e preveja a continuidade financeira das etapas posteriores do projeto.
- (D) a inclusão inicial na LOA, seguida de ajuste do PPA durante a execução, desde que a LDO registre a prioridade e a dotação cubra a primeira etapa.
- (E) a inclusão prévia no PPA ou autorização legal para incluí-lo, compatibilidade com a LDO e dotações da LOA destinadas às etapas de cada exercício.

Questão 24

Na controladoria municipal, o titular da unidade de auditoria assumiu temporariamente a aprovação de controles e a aceitação de riscos de um sistema de folha. A governança pretende obter asseguração sobre essa área enquanto a responsabilidade ainda está sendo transferida à gestão.

Segundo os padrões profissionais de auditoria interna, qual é a providência que preserva a independência da função?

- (A) Manter a equipe na avaliação, registrar o envolvimento anterior nos papéis de trabalho e submeter o relatório final a uma revisão independente realizada depois dos testes pela governança.
- (B) Manter a equipe nos testes, retirar do escopo os controles aprovados por ela e concentrar a conclusão nos componentes implantados diretamente pela área municipal de tecnologia.
- (C) Comunicar o prejuízo à governança, planejar a transferência das atribuições à gestão e atribuir a asseguração a um prestador independente e competente, com reporte direto à governança.
- (D) Solicitar que o gestor da folha escolha os auditores responsáveis, aproveitando seu conhecimento operacional para indicar profissionais com menor participação nas decisões sobre os controles examinados.
- (E) Contratar um especialista para assinar o relatório, mantendo com a equipe anterior a definição do escopo, dos testes, dos achados e das conclusões do trabalho avaliativo.

Questão 25

Na contabilidade aplicada ao setor público, o município reconhece um crédito tributário mensurável no fato gerador, estima uma perda de recuperação da carteira e, depois, arrecada valores. Considerando a variação patrimonial aumentativa (VPA) e a variação patrimonial diminutiva (VPD), a sequência correta é definida por:

- (A) reconhecimento do ativo e da VPA no fato gerador, constituição do ajuste para perdas com VPD e registro da receita orçamentária na arrecadação.
- (B) reconhecimento do ativo no fato gerador, redução da receita orçamentária pela perda estimada e registro da VPA quando ocorre a arrecadação dos valores.
- (C) reconhecimento da receita orçamentária no lançamento, ajuste para perdas como dedução orçamentária e registro da VPA no recebimento financeiro do crédito tributário.
- (D) reconhecimento do ativo e da receita orçamentária no fato gerador, ajuste patrimonial depois da inscrição em dívida ativa e baixa do crédito na arrecadação.
- (E) reconhecimento do ativo no vencimento, ajuste para perdas na arrecadação e registro simultâneo da receita orçamentária e da VPA no recolhimento pelo contribuinte.

Questão 26

Na auditoria interna governamental, sobre a obtenção e a avaliação de evidências, analise as afirmativas:

I – A suficiência se relaciona à quantidade de evidência e varia conforme o risco do trabalho e a qualidade das informações obtidas.

II – A relevância depende da ligação lógica da evidência com o objetivo do procedimento e com a conclusão que ela pretende sustentar.

III – A ampliação da amostra de documentos produzidos pela área auditada eleva a confiabilidade da fonte e dispensa os testes sobre a integridade dos registros de origem.

IV – Um relatório gerado por sistema pode sustentar a conclusão quando a equipe avalia sua integridade e exatidão ou os controles que asseguram esses atributos.

V – Um documento externo conserva confiabilidade superior mesmo quando a autenticidade, a cadeia de custódia ou as circunstâncias de obtenção despertam dúvida profissional.

Estão corretas, apenas, as afirmativas:

- (A) I, III e V.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, IV e V.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, IV e V.

Questão 27

Nos testes de controles por amostragem de atributos, a taxa de desvio observada fica abaixo da taxa tolerável, mas o limite superior estimado para a população supera essa tolerância.

Qual é a interpretação correta do resultado?

- (A) A taxa observada basta para sustentar o controle, pois a tolerância se compara ao resultado da amostra e o limite superior orienta a amostra posterior do trabalho.
- (B) A margem ligada ao risco de amostragem impede sustentar a confiança planejada, pois o limite superior estimado para a população ultrapassa a tolerância definida no planejamento.
- (C) O resultado indica uma falha de execução alheia à amostragem, pois a diferença entre as taxas decorre da qualidade dos procedimentos aplicados pela equipe auditora.
- (D) A taxa tolerável deve ser ajustada ao limite superior estimado, desde que a materialidade e a avaliação do risco permaneçam iguais às definidas no planejamento.
- (E) O limite superior comprova que a taxa real da população ultrapassa a tolerância, pois funciona como uma estimativa pontual e conclusiva do desvio populacional esperado.

Questão 28

Segundo os padrões profissionais de auditoria interna, o planejamento anual baseado em riscos deve apoiar os objetivos da organização e o uso responsável da capacidade da unidade. Esse planejamento é estruturado por:

- (A) um universo alinhado aos objetivos, avaliação documentada de estratégias e riscos, participação e aprovação da governança, recursos necessários, cobertura de riscos relevantes e atualização diante de mudanças.
- (B) um universo definido pela estrutura formal, ordenação pelos riscos inerentes, concentração integral da capacidade nos objetos críticos e inclusão posterior das demandas extraordinárias recebidas pela unidade auditora.
- (C) um cadastro preparado pela gestão, classificação vinculante dos objetos, frequência uniforme de cobertura, reserva fixa para urgências e distribuição equivalente de horas entre as unidades administrativas municipais.
- (D) um histórico de achados, materialidade orçamentária, solicitações da alta administração, rodízio anual entre objetos e atribuição do mesmo peso a cada fator utilizado na priorização institucional.
- (E) processos de maior volume financeiro, temas indicados pelo tribunal de contas, repetição automática dos trabalhos com benefícios mensurados e manutenção do plano durante o ciclo completo.

Questão 29

Na auditoria da folha, a equipe confirmou pagamentos duplicados. Os lançamentos retroativos são inseridos por dois canais, passam por uma conferência agregada e carecem de validação preventiva entre si. A gestão iniciou a recuperação dos valores. Qual é a recomendação que trata a causa e permite um monitoramento objetivo?

- (A) Concentrar o plano na recuperação dos valores, instaurar apuração individual para cada pagamento e acompanhar mensalmente o total devolvido pelos servidores alcançados pelo procedimento administrativo correspondente.
- (B) Ampliar a amostra mensal de contracheques, repetir a conferência do relatório agregado e comunicar à chefia os casos em que a duplicidade reaparecer durante o exercício corrente.
- (C) Submeter cada lote retroativo à autorização manual com o mesmo relatório agregado, preservar os dois canais de entrada e medir o volume revisado antes do fechamento mensal.
- (D) Suspende o canal menos utilizado, restaurá-lo depois da cobrança dos valores e condicionar a correção definitiva à futura aquisição de outro sistema municipal de folha mais completo.
- (E) Pactuar com a gestão um controle preventivo entre os canais, com responsável, prazo e evidência, recuperar os valores e monitorar a implantação e a efetividade conforme o risco.

Questão 30

Na proposição legislativa municipal que concede um benefício tributário a pessoas jurídicas, a instrução deve observar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), inclusive os requisitos atuais de transparência e avaliação. A instrução correta reúne:

- (A) impacto plurianual conforme o período legal, compatibilidade com a LDO, compensação por redução permanente de despesas, beneficiários estimados, prazo sujeito ao limite ou à exceção legal, metas objetivas e quantificáveis, impacto regional cabível, transparência, monitoramento e avaliação periódica.
- (B) impacto plurianual conforme o período legal, compatibilidade com a LDO, previsão na LOA preservando metas e compensação por aumento de receita, exigidas cumulativamente, beneficiários estimados, prazo sujeito ao limite ou à exceção legal, metas objetivas e quantificáveis, impacto regional cabível, transparência, monitoramento e avaliação.
- (C) impacto plurianual conforme o período legal, compatibilidade com a LDO, previsão na LOA preservando metas ou compensação por aumento de receita nas formas legais, beneficiários estimados, prazo sujeito ao limite ou à exceção legal, metas objetivas e quantificáveis, impacto regional cabível, transparência, monitoramento e avaliação.
- (D) impacto plurianual conforme o período legal, compatibilidade com a LDO, atendimento de uma condição fiscal, beneficiários estimados, prazo sujeito ao limite ou à exceção legal, metas objetivas e quantificáveis, impacto regional cabível, transparência e prorrogação fundada no interesse público diante do descumprimento das metas estabelecidas.
- (E) impacto plurianual conforme o período legal, compatibilidade com a LDO, atendimento de uma condição fiscal, beneficiários estimados, prazo sujeito ao limite ou à exceção legal, metas objetivas e quantificáveis, impacto regional cabível, transparência, monitoramento e avaliação vinculante conduzida pela pessoa jurídica beneficiária.

Questão 31

Sobre o Modelo das Três Linhas aplicado à governança, à gestão de riscos e aos controles, analise as afirmativas:

I – A primeira linha responde cotidianamente pelos riscos e desenha, implementa e opera os processos e os controles ligados à execução.

II – A segunda linha se torna independente da gestão quando reporta à instância de governança e, por essa razão, substitui a avaliação prestada pela auditoria interna.

III – A segunda linha oferece conhecimento especializado, apoio, orientação, monitoramento e questionamento sobre riscos e controles em áreas temáticas.

IV – A auditoria interna pode prestar aconselhamento a partir de uma posição independente, mantendo com a gestão a responsabilidade pelas decisões e pelas operações.

V – A coordenação entre provedores de avaliação transfere à auditoria interna a responsabilidade final pela estrutura de riscos e controles mantida pela organização.

Estão corretas, apenas, as afirmativas:

- (A) I, II e V.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, IV e V.
- (E) II, III e V.

Questão 32

No planejamento de uma contratação, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) comparou alternativas e indicou uma solução. Durante a elaboração do Termo de Referência (TR), uma consulta ao mercado revelou outra solução, com custo do ciclo de vida inferior e requisitos distintos. A relação correta entre os documentos ocorre quando:

- (A) a nova informação provoca uma reavaliação motivada do ETP e da viabilidade, e o TR especifica a solução escolhida, preservando a rastreabilidade entre problema, requisitos e decisão.
- (B) o TR substitui a solução indicada, mantém o ETP intacto e dispensa uma nova análise de viabilidade, desde que o orçamento da alternativa seja mais recente.
- (C) o ETP permanece imutável por encerrar a análise de alternativas, e o TR incorpora a nova solução desde que o edital informe a diferença aos licitantes interessados.
- (D) o ETP é descartado e refeito depois da publicação do edital, enquanto o TR adota a solução de menor preço identificada na consulta ao mercado fornecedor.
- (E) o TR conserva a solução original, pois a definição do ETP vincula as etapas posteriores, e a alternativa superveniente é examinada depois da contratação pela fiscalização.

Questão 33

Na Lei Anticorrupção, a transformação societária e a sucessão decorrente de fusão ou incorporação produzem efeitos distintos sobre a responsabilidade da pessoa jurídica. Marque a alternativa correta sobre esses efeitos.

- (A) A transformação extingue a responsabilidade anterior, enquanto a incorporadora responde pela multa, pela reparação e pelas demais sanções até o patrimônio transferido, quando ausente prova de simulação ou intuito de fraude.
- (B) A transformação preserva a reparação, mas afasta a multa, enquanto a incorporadora responde integralmente por todas as sanções anteriores quando recebe a atividade econômica e o patrimônio transferido.
- (C) A fusão transfere todas as sanções à sucessora, enquanto a reparação fica limitada ao patrimônio transferido, ainda que a operação possua finalidade econômica legítima, regular e devidamente documentada.
- (D) Na transformação, a responsabilidade subsiste, e na fusão ou incorporação a sucessora responde por multa e reparação até o patrimônio transferido, afastadas as demais sanções, salvo simulação ou evidente intuito de fraude comprovados.
- (E) A incorporação transfere a reparação à sucessora, enquanto a multa permanece com a incorporada e as demais sanções dependem da continuidade material da atividade e da identidade dos administradores.

Questão 34

Sobre a responsabilização por improbidade administrativa na redação vigente, analise as afirmativas:

I – A irregularidade material praticada no exercício da função pública gera presunção de finalidade ilícita quando o agente conhecia as regras aplicáveis ao ato.

II – O dolo corresponde à vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado, e a voluntariedade do agente, de forma isolada, é insuficiente.

III – A violação aos princípios administrativos admite enquadramento por cláusula geral, ainda que a conduta concreta fique fora das hipóteses previstas na lei.

IV – O ato que causa prejuízo ao erário exige dolo e perda patrimonial efetiva e comprovada, conforme a conduta tipificada no regime legal.

V – As sanções podem ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa segundo a gravidade do fato, observados os parâmetros legais de individualização.

Estão corretas, apenas, as afirmativas:

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, IV e V.
- (E) II, IV e V.

Questão 35

Na avaliação do canal municipal de denúncias, a controladoria acessará relatos com a identidade do denunciante, dados de saúde e alegações sobre servidores. Uma empresa opera a plataforma sob instruções do município, e o relatório de auditoria será público. Qual é o arranjo que atende à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e reduz os riscos aos titulares?

- (A) Obtenção de consentimento amplo dos denunciantes, liberação dos relatos integrais aos auditores, conservação do histórico durante a vida útil da plataforma e divulgação de versões pseudonimizadas no relatório público.
- (B) Definição da finalidade, da competência e da base legal, limitação dos acessos, formalização das instruções ao operador, fixação dos prazos de retenção e das medidas de segurança e publicação de dados agregados após a avaliação do risco de reidentificação.
- (C) Pseudonimização dos relatos na entrada, concessão de autonomia ao operador para a escolha dos usos técnicos, conservação separada das chaves e divulgação de casos individualizados após a retirada dos nomes e das matrículas.
- (D) Enquadramento da empresa como controladora autônoma, compartilhamento dos relatos completos, exigência de certificação de segurança e conservação dos registros enquanto persistir o interesse público declarado em futuras avaliações do canal.
- (E) Restrição do acesso à chefia da controladoria, conservação integral dos relatos para fiscalizações futuras e publicação de excertos detalhados quando a identidade direta do denunciante permanecer oculta.

Questão 36

No pedido apresentado com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), parte do conteúdo já está disponível no portal oficial, outra parte integra um documento com dados pessoais de terceiros e o requerente não declarou o motivo do interesse. Marque a alternativa correta sobre o atendimento.

- (A) O órgão exige a finalidade do pedido para avaliar o interesse público, indica o portal quanto ao conteúdo publicado e preserva integralmente o documento que contém dados pessoais de terceiros.
- (B) O órgão informa o local e a forma de acesso ao conteúdo publicado, fornece a parcela acessível do documento e preserva as restrições pessoais, dispensada a motivação do pedido.
- (C) O órgão fornece novamente o conteúdo disponível no portal, exige a demonstração de interesse direto para o documento restante e classifica os dados pessoais no grau reservado antes da resposta.
- (D) O órgão encerra o pedido quanto ao conteúdo publicado, fornece uma síntese do documento restante e exige o consentimento dos terceiros para divulgar os trechos de interesse público.
- (E) O órgão indica o portal e libera o documento integral, pois a ausência de motivação impede avaliar quais dados pessoais devem permanecer protegidos na resposta administrativa.

Questão 37

No controle da arrecadação municipal, a auditoria examina um convênio com outra pessoa jurídica de direito público para fiscalizar e arrecadar tributos e um contrato bancário para receber pagamentos. A distinção correta entre competência tributária, capacidade tributária ativa e atividade material ocorre quando:

- (A) o convênio transfere ao ente destinatário a competência legislativa e a capacidade ativa, permitindo editar normas tributárias e exercer as prerrogativas ligadas à cobrança do crédito municipal.
- (B) a atribuição das funções fiscais torna-se definitiva durante a vigência do tributo, impedindo a revogação unilateral e preservando com o município a titularidade da receita arrecadada.
- (C) a instituição financeira assume a capacidade tributária ativa durante o contrato, pois recebe os pagamentos, identifica os contribuintes e aplica as garantias próprias do crédito tributário municipal.
- (D) a atribuição das funções fiscais transfere a titularidade do tributo e da receita à pessoa jurídica de direito público destinatária, enquanto o município conserva a competência legislativa.
- (E) a competência legislativa permanece municipal, a capacidade ativa atribuída à pessoa jurídica de direito público abrange garantias e prerrogativas processuais e o banco executa a arrecadação material.

Questão 38

Sobre a legislação aplicável ao lançamento, a suspensão da exigibilidade e os efeitos das obrigações acessórias, analise as afirmativas:

I – O lançamento se reporta à data do fato gerador e é regido pela lei então vigente, ainda que essa lei seja posteriormente modificada ou revogada.

II – A legislação posterior pode ser aplicada ao lançamento quando institui novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ressalvada a atribuição de responsabilidade tributária a terceiros.

III – A mudança de critério jurídico adotado pela autoridade pode alcançar fatos geradores anteriores do mesmo sujeito passivo, desde que o respectivo lançamento ainda admita revisão administrativa.

IV – A suspensão da exigibilidade mantém o dever de cumprir as obrigações acessórias vinculadas à obrigação principal ou dela decorrentes.

V – O depósito parcial suspende a exigibilidade até o valor depositado e impede a cobrança do saldo enquanto estiver pendente a controvérsia administrativa ou judicial.

Estão corretas, apenas, as afirmativas:

- (A) I, III e V.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, IV e V.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, IV e V.

Questão 39

Na execução orçamentária, os restos a pagar e as despesas de exercícios anteriores (DEA) podem gerar pagamentos em exercício posterior, mas possuem origens jurídicas distintas.

Essa distinção quanto à origem é definida por:

- (A) restos a pagar que reúnem despesas empenhadas e pendentes de pagamento no encerramento, enquanto DEA abrangem despesas de exercícios encerrados que deixaram de ser processadas na época própria, com crédito e saldo suficientes, restos a pagar com prescrição interrompida e compromissos reconhecidos posteriormente.
- (B) restos a pagar que reúnem obrigações reconhecidas depois do encerramento, enquanto DEA abrangem despesas empenhadas cujo pagamento foi transferido ao exercício seguinte por decisão administrativa, inclusive quando faltavam crédito próprio e saldo suficiente no orçamento anterior.
- (C) restos a pagar processados que exigem nova dotação para pagamento, enquanto DEA são pagas de modo extraorçamentário porque pertencem ao exercício em que a obrigação foi assumida, ainda que o reconhecimento administrativo tenha ocorrido depois do encerramento.
- (D) restos a pagar cancelados que se convertem automaticamente em DEA, enquanto compromissos reconhecidos tardiamente são reinscritos como restos a pagar depois da abertura de crédito adicional, com pagamento extraorçamentário no exercício corrente.
- (E) restos a pagar que ficam restritos às despesas liquidadas, enquanto DEA recebem despesas empenhadas que aguardavam liquidação no encerramento, desde que a programação financeira mantenha disponibilidade suficiente para o pagamento posterior.

Questão 40

Na auditoria operacional, o órgão reduziu o custo por atendimento e alcançou a meta numérica, mas alterou o padrão de qualidade, deixou de avaliar os efeitos sobre os usuários e apresentou menor cobertura em grupos vulneráveis. Marque a alternativa correta sobre as conclusões possíveis.

- (A) A redução do custo unitário comprova a eficiência, o alcance da meta comprova a eficácia, a ausência de efeitos impede avaliar a efetividade e a cobertura desigual preserva a equidade quando decorre da demanda.
- (B) A economicidade e a eficiência estão demonstradas pela queda do custo, a eficácia depende da qualidade percebida, a efetividade pode ser inferida do volume e a equidade requer distribuição igual entre os grupos atendidos.
- (C) O alcance da meta sustenta a eficácia do produto, mas a eficiência exige qualidade comparável, a efetividade carece de evidência de resultados, a cobertura desigual compromete a equidade e a economicidade requer exame próprio.
- (D) A eficiência fica afastada pela queda de qualidade, a eficácia e a efetividade permanecem demonstradas pela meta, a equidade depende do custo e a economicidade decorre da redução unitária observada no período.
- (E) A economicidade fica demonstrada pelo custo unitário, a eficiência depende dos efeitos sociais, a eficácia exige cobertura uniforme, a efetividade decorre da satisfação e a equidade depende das metas financeiras pactuadas.